

Biblioteca escolar e sala de leitura: um longo caminho para universalização

School library and reading room: a long road to universalization

Pedro de Souza Santos

Doutorando em Educação pela Faculdade de Educação – USP.

E-mail: pedro_santos@usp.br

Resumo

O presente texto tem como ponto de partida as bibliotecas escolares no Brasil. Apresenta um breve histórico da biblioteca escolar e a sua situação hoje, com enfoque no documento Avaliação de Bibliotecas Escolares no Brasil e na Lei 12.244/2010 que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares. Analisa dados do Censo Escolar da Educação Básica do período de 2010 a 2017, com atenção aos índices de expansão das bibliotecas escolares e salas de leitura nas escolas públicas. A metodologia empregada é constituída de revisão bibliográfica e um estudo de caso sobre a funcionalidade da sala de leitura em uma escola pública da região metropolitana de São Paulo. Conclui-se que as denominações de biblioteca escolar são abrangentes e associadas a contextos específicos; que as salas de leitura da rede pública de São Paulo são em muitos casos espaços precarizados; que a Lei 12.244/2010 é vaga em suas definições; e que mesmo, com todos os percalços é possível encontrar experiências significativas na condução e uso das bibliotecas escolares e salas de leitura.

Palavras-chave: Biblioteca escolar. Sala de leitura. Lei 12.244/2010.

Abstract

This text has as its basis the Brazilian school libraries. It presents a brief historical of the school library and its current situation, focusing on the document Evaluation of School Libraries in Brazil and on the Law 12.244/2010 which lays out the universalization of the school libraries. It analyzes data from the Censo Escolar da Educação Básica in the period from 2010 to 2017, aiming attention at the rates of expansion of the school libraries and reading rooms in the public schools. The methodology applied is comprised of bibliographic revision and a case study about the functionality of the reading room in a public school from the metropolitan region of São Paulo. It is concluded that the denominations of school library are comprehensive and associated to specific contexts; that the reading rooms from the public schools from São Paulo are in many cases unstable spaces; that the Law 12.244/2010 is vague in its definitions; and that even with every mishaps it is possible to find meaningful experiences in the conduction and use of the school libraries and reading rooms.

Keywords: School library. Reading room. Law 12.244/2010.

Introdução

Na história da biblioteca escolar no Brasil é possível perceber marcas de silêncios, contradições e improvisações. Por outro lado, sua história pode ser traduzida em ações de resistência pela sua permanência, consolidação e reconhecimento. Em outras palavras, é preciso olhar retrospectivamente para sua história para situá-la na atual conjuntura das políticas públicas, marcada por disputas em torno da sua expansão.

Em 1997 foi criado o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) com o objetivo de promover o acesso à cultura e o incentivo a leitura de alunos e professores. Com isso, as escolas públicas passaram a receber obras de literatura, pesquisa e de referência para compor seus acervos. No mesmo ano, foi elaborado no âmbito do governo federal os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), se constituindo em recomendações de normas para professores e escolas da Educação Básica, entre as quais, o uso da biblioteca escolar como espaço de aprendizagem.

A Lei 12.244/2010 dispõe sobre a universalização da biblioteca escolar nas instituições de Educação Básica no país, resulta particularmente das ações da categoria profissional bibliotecária. A referida lei representa avanços ao determinar a constituição de acervos nas escolas e por propugnar o respeito à profissão do bibliotecário. Contudo, apresenta um conceito bastante limitado de biblioteca escolar.

Dados do Censo Escolar da Educação Básica analisados partir de 2010 têm demonstrado um crescimento exíguo na proporção de escolas públicas com bibliotecas e um aumento maior no número de salas de leitura. Essa situação tende a ser mais crítica nas redes municipais, em áreas rurais e nas regiões Norte e Nordeste do país.

Posto isso, este texto tem como objetivo identificar o lugar da biblioteca escolar nas políticas públicas no Brasil, com ênfase na Lei 12.244/2010. A fundamentação apóia-se em análise bibliográfica, análise documental e em um estudo de caso.

Breve cronologia

As referências às primeiras bibliotecas escolares no Brasil datam de meados do século XVI¹ e “sua história tem seus primórdios nos colégios religiosos, especialmente nos dos Jesuítas que aqui foram chegando, em caráter particular no estado da Bahia, por volta de 1549 chefiados por Manuel da Nóbrega” (SILVA, 2011, p. 490).

As principais bibliotecas eram as dos colégios jesuítas, que tiveram o seu apogeu entre os séculos XVII e XVIII. A criação de acervos revelou-se importante para obra jesuítica, ocorrendo de maneiras distintas, algumas vezes por meio dos livros trazidos pelos próprios padres em suas bagagens, outras vezes, por meio de remessas vindas da Europa enviadas por superiores, inclusive, pelo Rei de Portugal, em algumas ocasiões por meio de compras realizadas pelos próprios colégios que já se encontravam estabelecidos e dispunham de alguma renda, e ainda, mediante doações feitas por religiosos, como a do Padre Bartolomeu Simões Pereira². Para se ter a dimensão da “relação dos jesuítas em torno dos livros, já em fins do século XVI havia sido instalada uma biblioteca em Salvador; a biblioteca do colégio Santo Alexandre do Pará, em 1760, dispunha mais de 2000 volumes, e a do colégio da Vigia, 1.010 volumes”. (VIANA, 2014, p. 23)

Com a expulsão dos jesuítas do Brasil em 1759 e a posterior circular de 19 de maio de 1835 editada pelo Marquês de Pombal que proibiu o noviçado em território brasileiro, um duro golpe foi dado nos conventos, marcando também a decadência das bibliotecas nos colégios jesuítas. “Ocorrendo um completo desmantelamento e desaparecimento dos acervos construídos ao longo de 200 anos” (SILVA, 2008, p. 232).

No final do século XIX se destacam as bibliotecas escolares dos colégios privados, com grandes acervos e um amplo aparato estrutural. São colégios voltados para a elite brasileira e com métodos educativos fortemente marcados por ideologias religiosas, como por exemplo, o Mackenzie College (1886) em São Paulo e o colégio Dom Bosco (1887) em Campinas.

O ato adicional de 1834 descentralizou a educação pública no Brasil, dessa maneira, a instrução primária e secundária ficou sob responsabilidade das províncias e o ensino superior e

¹ Segundo Rodrigues (2011), as primeiras instituições a constituírem bibliotecas no Brasil Colonial a partir da metade do século XVI foram a Companhia de Jesus, a Ordem dos Frades Menores, a Ordem de São Bento, a Ordem Carmelita e, posteriormente, a Congregação do Oratório.

² O Colégio do Rio de Janeiro foi agraciado com a doação da biblioteca particular do padre Bartolomeu Simões Pereira que era composta por livros de direito civil e canônico.

a educação na capital Rio de Janeiro, sob responsabilidade da União. “Com isso, a educação das elites – quem de fato ascendia à universidade - ficou a cargo da Coroa, enquanto a educação do povo foi precariamente confiada as províncias que, com a falta de recursos, pouco podiam fazer”. (VIANA, 2014, p. 26). Nessa direção, o colégio Pedro II no Rio de Janeiro foi apresentado como modelo de instituição de ensino a ser copiado pelas províncias na implantação de suas escolas equipadas com bibliotecas. Entretanto, devido à exiguidade de recursos as escolas das províncias não tiveram a mesma estrutura e sorte do colégio Pedro II.

No início do período republicano com os Grupos Escolares, especificamente em São Paulo ocorreu o desenvolvimento das bibliotecas escolares paralelo ao movimento de expansão do ensino. “Além das salas de aula, os Grupos Escolares possuíam espaços especializados como ginásio para esportes, sala dos professores e bibliotecas”. (ALONSO, 2007, p. 39). Contudo, como lembra Viana (2014) o desenvolvimento das bibliotecas escolares, se deveu mais às ações de sujeitos específicos, como diretores de escolas e professores, do que propriamente aos esforços do poder público.

Com as Escolas Normais a biblioteca escolar passou a desempenhar um papel importante na prática de formação de futuros professores. Essas escolas concebidas como centros de inovação pedagógica e circulação de ideias fundamentais para formação docente simbolizavam o progresso republicano, notadamente a Escola Normal Caetano de Campos em São Paulo que em fins de 1894 dispunha de uma biblioteca “cujo acervo contava com 7 mil obras catalogadas. Foram adquiridos para compor esse acervo, 500 volumes da tradução de Rui Barbosa da obra de Norman Calkins, *Primeiras lições de coisas*” (ALONSO, 2007, p. 40, grifos do autor).

Nas primeiras décadas do século XX a biblioteca escolar estava inserida num contexto de reforma educacional, “tendo como finalidade prioritária a intensificação do gosto pela leitura” (SILVA, 2011, p. 495). Em 1936 por meio de uma Portaria Ministerial, Gustavo Capanema expediu os programas do curso complementar do Ensino Secundário, determinando que nas bibliotecas escolares dos estabelecimentos de ensino fosse organizada uma seção “consagrada à cadeira de literatura” (BRASIL, 1936, p. 5.792). Na mesma Portaria, com o objetivo de auxiliar a organização das bibliotecas escolares, publicou uma relação de obras que deveriam constar em seus acervos.

Nas décadas de 1940 e 1950 os discursos se voltam para a importância da composição de acervos nas bibliotecas escolares e para a participação de alunos e pais na sua estruturação,

conforme Silva (2011). O período seguinte é caracterizado por um silenciamento, tanto a Lei 4.024/1961 que fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, como a Lei 5.692/1971 de Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, não apresentaram em seus textos qualquer menção sobre a biblioteca escolar.

Com a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) em 1997, foi dada maior ênfase à biblioteca escolar, seus vários volumes “trazem a biblioteca como um ambiente de aprendizagem permanente, ao quais alunos e professores vão recorrer ao longo da vida” (SALA; MILITÃO, 2017, p. 4673). Segundo o PCN de Língua Portuguesa, dentre as condições para formação de leitores, “a escola deve dispor de uma biblioteca em que sejam colocados à disposição dos alunos, inclusive para empréstimo, textos de gêneros variados, materiais de consulta nas diversas áreas do conhecimento, almanaques, revistas, entre outros” (BRASIL, 1997, p. 71)

Ainda em 1997 foi criado o PNBE³, com o objetivo de “democratizar o acesso de alunos e professores à cultura, à informação e aos conhecimentos socialmente produzidos ao longo da história da humanidade, pela distribuição, às escolas, de acervos, obras de referência e de literatura infantil, juvenil e adulta”. (BRASIL, 2011a, p. 10). No ano seguinte, as bibliotecas das escolas públicas de Ensino Fundamental passaram a receber coleções de livros de literatura, de pesquisa e obras de referência para seus acervos.

Em 2005 o PNBE passou por uma avaliação diagnóstica realizada pela Secretaria de Educação Básica (SEB) com financiamento da UNESCO e em parceria com uma equipe de pesquisadores ligados à Associação Latino-americana de Pesquisa e Ação Cultural (ALPAC), do Laboratório de Políticas Públicas (LPP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Contudo, como observou Paiva e Berenblum:

Esta avaliação nasceu não apenas do desejo da SEB de obter subsídios que alimentassem as definições sobre os rumos de uma política de formação de leitores, mas também da exigência do Tribunal de Contas da União (TCU) que, desde 2002, indicara ao governo Fernando Henrique Cardoso a necessidade de realizá-la, sem sucesso, após auditoria em escolas do país, para avaliar a eficiência dos investimentos feitos. (PAIVA; BERENBLUM, 2009, p. 174)

³ O programa divide-se em três ações: “PNBE Literário, que avalia e distribui as obras literárias, cujos acervos literários são compostos por textos em prosa (novelas, contos, crônica, memórias, biografias e teatro), em verso (poemas, cantigas, parlendas, adivinhas), livros de imagens e livros de história em quadrinhos; o PNBE Periódicos, que avalia e distribui periódicos de conteúdo didático e metodológico para as escolas da educação infantil, ensino fundamental e médio e o PNBE do Professor, que tem por objetivo apoiar a prática pedagógica dos professores da educação básica e também da Educação de Jovens e Adultos por meio da avaliação e distribuição de obras de cunho teórico e metodológico” (BRASIL, 2016a).

Na avaliação realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), constatou-se a ausência de informações sobre a utilização dos livros distribuídos pelo PNBE e a falta de uma avaliação sistemática de utilização dos acervos pelos alunos e professores, que por seu turno, dificultava o conhecimento sobre os resultados do Programa. Diante dessa constatação o TCU recomendou entre outras medidas:

- a) acompanhamento e avaliação sistemática das ações e resultados obtidos pelo PNBE;
- b) Efetivação de ações de divulgação do PNBE e capacitação de professores e bibliotecários, com maior participação das secretarias de educação;
- c) criação de um grupo de coordenação para interação com outros programas do MEC;
- d) incorporação ao PNBE da preocupação com o princípio da equidade. (BRASIL, 2002, p. 12-13)

A partir de 2003 as recomendações do TCU receberam devida atenção do governo federal e posteriormente o Programa passou por alterações e redefinições em sua concepção. Contudo, o PNBE foi suspenso em 2015 sob alegação de ajuste fiscal e com a promessa de seu retorno em 2016. Na gestão do atual governo nenhum edital para aquisição de livros para o Programa foi realizado e, ao que parece o PNBE será diluído no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) ou até mesmo extinto.

Biblioteca escolar hoje

O conceito de *biblioteca* e, sobretudo de *biblioteca escolar*, é muito pouco conhecido e/ou difundido. A despeito da importância de uma biblioteca escolar, o conhecimento de suas práticas implica, inicialmente, considerar a diversidade de concepções, expressas pelas próprias denominações que assumem nos espaços escolares: *biblioteca, sala de leitura, cantinho da leitura, biblioteca expandida*. Como as palavras não são neutras, o uso de algumas expressões por determinadas comunidades escolares revela os sentidos que atribuem à biblioteca. (BRASIL, 2011a, p. 44. Grifos do autor)

As concepções de biblioteca escolar revelam uma polissemia que para além do uso de diversas nomenclaturas trazem a marca distintiva de contextos, lugares e a construção de imaginários coletivos.

No Brasil, a Lei 12.244/2010 dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino públicas e privadas, dentro de um período de dez anos é resultado das ações da categoria profissional bibliotecária. De outra forma, “o percurso da Lei no 12.244/10 mostrou que não houve mobilização da sociedade ou de representantes da educação clamando por bibliotecas escolares, mas, sim, o esforço da corporação bibliotecária em torno da questão” (VIANA, 2014, p. 43).

Na referida lei, “considera-se biblioteca escolar a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura” (BRASIL, 2010a). Contudo, é limitada em sua definição ao não reportar ao espaço físico para acomodação da biblioteca escolar. Portanto, “é importante considerar que a biblioteca não é apenas uma coleção de livros, bem como uma coleção de livros nem sempre é uma biblioteca” (SOUZA, 2009, p. 31).

De acordo com Campello *et al* (2011), para ser considerada biblioteca escolar, a mesma deve atender às seguintes condições:

- a) funcionar em sala de uso exclusivo;
- b) possuir coleção classificada;
- c) possuir coleção catalogada;
- d) fornecer serviço de consultas no local;
- e) ter serviço de empréstimo domiciliar;
- f) oferecer atividade de incentivo à leitura;
- g) ter serviço de orientação à pesquisa;
- h) contar com um funcionário responsável. (CAMPELLO *et al*, 2011, p. 109)

Por seu turno, nas Diretrizes da *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) a biblioteca escolar é definida como “um espaço de aprendizagem físico e digital na escola onde a leitura, pesquisa, investigação, pensamento, imaginação e criatividade são fundamentais para o percurso dos alunos da informação ao conhecimento e para o seu crescimento pessoal, social e cultural” (IFLA, 2105, p. 19). Nessa direção, segundo Lima (2016), a biblioteca escolar teria a função educativa de integrar “os recursos ou equipamentos pedagógicos, como um laboratório da práxis educativa. Está presente na escola e constitui um instrumento de ensino e aprendizagem importante, fundamental” (LIMA, 2016, p. 32).

De acordo com o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), a biblioteca escolar é um fator que faz diferença no aprendizado dos alunos. Os resultados da avaliação realizada em 2003 indicam que,

para a 4ª série, em Leitura, quando até 25% dos alunos da escola fazem uso da biblioteca, a média de proficiência é de 168 pontos. Quando mais de 75% dos alunos utilizam a biblioteca regularmente, a média sobe para 181 pontos. Quando não existe esse tipo de recurso para os estudantes, o resultado de desempenho é de 153 pontos. Ainda, os resultados mostram que, quando há um responsável pela biblioteca escolar, a média aumenta, e quando os professores realizam atividades dirigidas nesse ambiente, há ganhos importantes e significativos na aprendizagem. (BRASIL, 2004, p. 46)

Conforme os dados do Censo Escolar da Educação Básica (Tabela 1), em 2017 apenas 31% das escolas públicas (federal, estadual e municipal) no Brasil contavam com biblioteca

escolar e 20% possuíam salas de leitura. Diante dessa situação, a universalização da biblioteca escolar nas escolas públicas revela-se deveras inatingível para o prazo estabelecido em lei.

Tabela 1: Escolas Públicas no Brasil com Bibliotecas e Salas de leitura, segundo dados dos Censos Escolares da Educação Básica de 2010 a 2017.

Ano	Total de escolas públicas de Educação Básica	Escolas com Bibliotecas	Escolas com Sala de Leitura
2010	158.710	42.832 (27%)	19.548 (12%)
2011	156.164	42.895 (27%)	23.054 (15%)
2012	154.583	43.513 (28%)	25.766 (17%)
2013	151.884	43.928 (29%)	26.551 (17%)
2014	149.098	44.305 (30%)	26.054 (17%)
2015	146.718	45.456 (31%)	27.471 (19%)
2016	145.647	45.681 (31%)	28.953 (20%)
2017	144.726	44.906 (31%)	29.093 (20%)

Fonte: Elaborado pelo autor.

Para o período de 2010 a 2017 houve um tímido aumento de 2.074 escolas públicas com biblioteca escolar que corresponde a um crescimento de 5%. No mesmo período o número de escolas com sala de leitura teve um aumento substancial de 49%. Vale ressaltar que nessa série histórica ocorreu a redução de 13.984 escolas no total geral. É importante mencionar que no Caderno de Instruções do Censo Escolar a biblioteca escolar é definida como:

Local que dispõe de coleções de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte (papel, filme, CD, DVD, entre outras mídias), destinados à consulta, pesquisa, estudo ou leitura. *Geralmente* a biblioteca escolar é organizada e administrada por um profissional especializado – o bibliotecário. Somente deve ser informada quando o espaço em que se encontra é de uso exclusivo para esse fim. (BRASIL, 2017b, p. 27, grifos nosso)

No documento, o bibliotecário é citado como o profissional qualificado para administração da biblioteca escolar. No entanto, na prática, nem sempre este profissional está presente nas bibliotecas escolares, aliás, essa ausência tem sido recorrentemente denunciada em vários estudos. Noutra direção, é preciso considerar que “a existência de Bibliotecas Escolares está diretamente relacionada com a presença de profissional qualificado: o bibliotecário” (CASTRO FILHO; COPPOLA JR., 2012, p. 35). De outra parte, “o bibliotecário escolar é responsável pelo espaço de aprendizagem físico e digital da escola onde a leitura, pesquisa, investigação, pensamento, imaginação e criatividade são fundamentais para o ensino e a aprendizagem” (IFLA, 2015, p. 30).

Com relação às salas de leitura, o seu crescimento nas escolas públicas, por um lado, pode sinalizar uma alternativa demandada pelas redes de ensino em substituição a implantação de bibliotecas e, por outro lado, revela a opção de estados e municípios por um caminho mais econômico, inclusive, porque nesse modelo não se faz necessário a construção de novos espaços

e a contratação do profissional bibliotecário. Isso denota um descompasso entre a norma legal e ações efetivas e compromissadas com a implantação das bibliotecas escolares e deixa ver as incoerências dos discursos em favor da melhoria do ensino no país. De acordo com Hébrard (2004), na França do final do século XIX e início do XX, 64% das escolas contavam com bibliotecas, o equivalente a 43 mil bibliotecas.

Vale destacar que além da falta de bibliotecas nas escolas, muitas das que existem funcionam precariamente, faltam livros, equipamentos, espaços e pessoas com formação adequada. Em trabalho de revisão bibliográfica realizado por Campello *et al* (2012) cujo objetivo foi o de conhecer as características de diagnósticos sobre as bibliotecas escolares brasileiras, a autora concluiu que as pesquisas analisadas compõem um retrato parcial da biblioteca escolar no país, confirmando, na sua maioria, a situação precária dessas instituições e tornando mais visíveis os problemas existentes.

Atualmente tramita no Senado Federal o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 28/2012 que propõe a alteração da Lei 9.394/1996 – Diretrizes e Bases da Educação Nacional com o acréscimo dos artigos 27-A que responsabiliza os sistemas de ensino pela criação e manutenção de bibliotecas escolares em todas as instituições públicas e 27-B que institui a obrigatoriedade de bibliotecários com formação superior para atender nas bibliotecas escolares. O PLC encontra-se na Comissão de Assuntos Econômicos e o voto do Relator Senador Pedro Chaves foi pela rejeição de todas as emendas ao Projeto e pela supressão do artigo 27-B. No Parecer s/n (2018), ainda em exame na referida Comissão, na justificativa de voto, o relator alegou que os municípios, notadamente os de pequeno porte não terão condições econômicas de custear as despesas oriundas da contratação desse profissional.

Uma experiência

Para a realização deste estudo, foi escolhido como ambiente de pesquisa a Escola Estadual Professora Iracema Brasil de Siqueira que oferece o Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano. A escola está localizada na cidade de Mogi das Cruzes, região metropolitana de São Paulo. Segundo o Censo Escolar de 2015, essa escola contava com 307 alunos matriculados e em sua maioria moradores de bairros periféricos da cidade, caracterizados pela pouca infraestrutura e ausência de muitos equipamentos públicos, inclusive, bibliotecas.

A escola tem o seu funcionamento dividido em dois turnos diários, matutino e vespertino e conta com uma Professora de Sala de Leitura, doravante PSL. Com formação em Letras a PSL cumpre uma jornada de trabalho de 40 horas semanais, sendo 32 horas de atividades com os alunos e o restante nos horários de trabalho coletivo com os professores.

O Programa Sala de Leitura foi instituído na Rede Pública Estadual por meio da Resolução SE 15, de 18 de fevereiro de 2009, com o objetivo de oferecer aos alunos:

- I - oportunidade de acesso a livros, revistas, jornais, folhetos, catálogos, vídeos, DVDs, CDs e outros recursos complementares, quando houver;
- II - espaço privilegiado de incentivo à leitura como fonte de informação, prazer, entretenimento e formação de leitor crítico, criativo e autônomo. (SÃO PAULO, 2009)

A responsabilidade pela indicação do docente para sala de leitura é do diretor da escola em conformidade com os seguintes requisitos estabelecidos na Resolução:

- I - possuir vínculo docente junto à Secretaria de Estado da Educação, no campo de atuação referente a aulas dos ensinos fundamental e médio, devendo encontrar-se na condição de *readaptado*, com rol de atividades compatível com as atribuições a serem desenvolvidas.
- II - ser portador de diploma de licenciatura plena, preferencialmente em Letras;
- III - possuir, no mínimo, 3 (três) anos de experiência docente no Quadro do Magistério da Secretaria de Estado da Educação. (SÃO PAULO, 2009, grifos nosso)

De acordo com os requisitos, a prioridade na escolha do docente para as salas de leitura é a condição de ser servidor readaptado⁴. Ainda, segundo a Resolução, o docente responsável pela sala de leitura terá a sua carga de trabalho distribuída nos cinco dias da semana contemplando por dia no mínimo dois turnos da escola e, embora, considere preferível a licenciatura em Letras, admite-se a formação em qualquer área do conhecimento. Desta maneira, temos que os professores responsáveis pelas salas de leitura na Rede Pública Estadual de São Paulo são licenciados em diversas disciplinas, algo que não foge à regra das bibliotecas escolares espalhadas pelo Brasil, conforme foi identificado na avaliação diagnóstica do PNBE, que detectou que os responsáveis pelas bibliotecas escolares possuíam “diferentes formações, abarcando um amplo espectro do conhecimento, assim como profissionais, em muitos casos, sem perfil ou formação adequada. Todos têm exercido atividades pedagógicas no espaço da biblioteca” (BRASIL, 2008, p. 103).

⁴ A resolução SE 18/2017 estabelece que o servidor integrante do Quadro do Magistério, poderá ser readaptado em outra função, mediante verificação de alteração em sua capacidade de trabalho, por modificação de seu estado de saúde física e/ou mental, comprovada por meio de inspeção médica. As novas atribuições exercidas pelo servidor deverão ser “compatíveis como o Rol de Atividades do readaptado”. (SÃO PAULO, 2017)

A PSL assumiu a sala de leitura há pouco mais de um ano e informou que anteriormente havia na escola uma sala que funcionava como ponto de empréstimos de livros. Realidade que mudou com o seu trabalho, pois hoje além dos empréstimos de livros a professora desenvolve projetos de incentivo a leitura tais como, contação de histórias e rodas literárias, atividades que propiciam aos alunos o contato com diversos gêneros textuais. Além dessas atividades, são realizados outros projetos direcionados pela Diretoria de Ensino⁵ da região.

A sala de leitura possui um acervo de cerca de 2500 livros divididos em vários títulos, além de centenas de livros didáticos e enciclopédias antigas. Cabe esclarecer que a quantidade de livros didáticos somados aos livros das antigas enciclopédias constitui a maior parte do acervo. Contudo, esses livros e outros materiais foram colocados nesse ambiente por falta de espaço na escola, nesse caso, a sala de leitura tem também a função de depósito.

O espaço ocupado pela sala de leitura é de aproximadamente 40m² e seu mobiliário é improvisado, constituindo-se por mesas e bancos emprestados do refeitório e algumas estantes. Em tempo, cabe destacar que os critérios para a inclusão das escolas no Programa Sala de Leitura são:

- a) Possuir um ambiente de pelo menos 25m²;
- b) Ter mobiliário mínimo para atendimento;
- c) Não necessitar de reforma física, ou seja, que tenha condições de atendimento imediato.

A esse respeito, a pesquisa realizada pelo MEC em 2011 informou que com poucas exceções, “as salas de leitura são espaços pequenos nas escolas, e em muitas, os menores espaços, o que parece demonstrar a visão do que representa a biblioteca escolar na formação de professores e de alunos leitores e para a formação, estudo e pesquisa permanente de professores” (BRASIL, 2011a, p.87).

O acervo, bastante restrito, encontra-se organizado por gênero (poesias, contos, romances, etc.), o que corrobora com a pesquisa realizada por Gimenez (2015), que constatou que a forma de organização do acervo nas salas de leitura segue um padrão distinto de uma biblioteca. “Portanto, não há numeração nas prateleiras, nem uma ordem precisa para os livros”

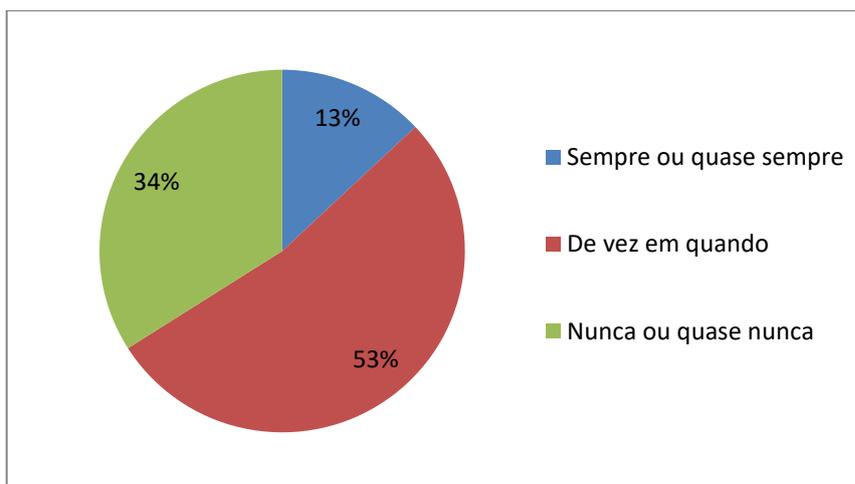
⁵ Por meio do Decreto nº 43.948/1999 as antigas Delegacias de Ensino da “Secretaria da Educação, passam a denominar-ser Diretorias de Ensino”. (SÃO PAULO, 1999, p. 03). O Estado de São Paulo conta hoje com 91 Diretorias de Ensino.

(GIMENEZ, 2015, p. 83). Ressalta-se que além dos livros de literatura o acervo conta com publicações específicas para o professor, adquiridas por meio do PNBE e que de acordo com o MEC, tem por objetivo apoiar a prática pedagógica dos professores da Educação Básica.

De maneira geral, é reduzido o número de professores da escola que frequenta a sala de leitura e os livros mais procurados por eles são da sua área do conhecimento. De acordo com a PSL, os professores dos componentes curriculares de História, Língua Portuguesa e Educação Física são os que com alguma frequência incentivam os alunos a usarem a sala de leitura.

Com base numa planilha de controle do uso do acervo foi possível verificar que em média é realizado mensalmente o empréstimo de 20 livros, número pequeno, considerando-se o total de alunos matriculados na escola. De acordo com as respostas do *Questionário Contextual* da Prova Brasil 2015 aplicado nos alunos do 9º ano da referida escola sobre a frequência de leitura de livros de literatura, foi observado o seguinte resultado:

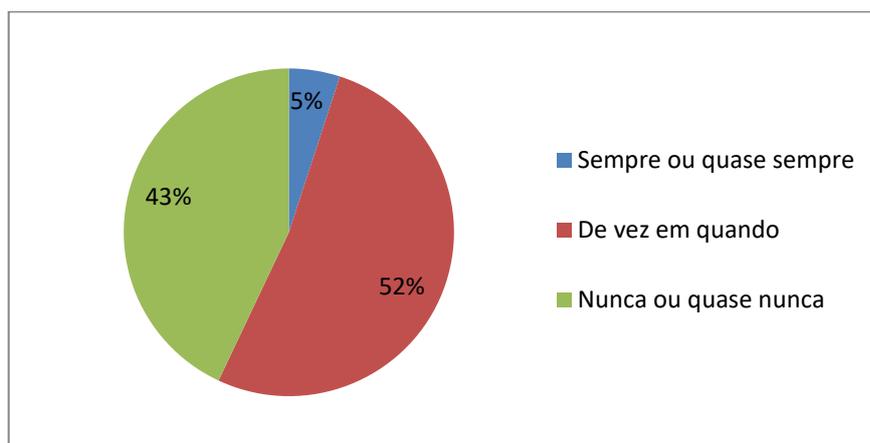
Gráfico 1: Com qual frequência você lê: livro de literatura



Fonte: Adaptado Portal QEdU, 2018.

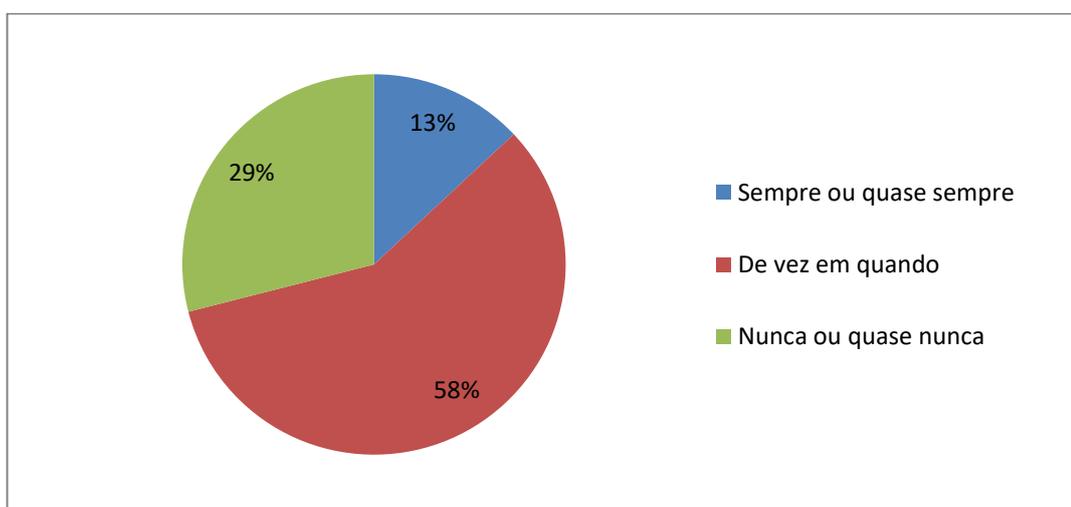
Comparativamente o percentual de alunos que lêem com maior frequência é baixo e se relaciona com a reduzida procura por livros na sala de leitura. De outra parte, 87% dos alunos afirmaram que os pais incentivam a leitura.

A frequência com que os alunos vão à biblioteca é bastante reduzida, situação que pode ser relacionada com a ausência desse equipamento público nos bairros que abrigam parte considerável dos estudantes e com o uso frequente da internet para realização de pesquisas, conforme resposta de 55% dos alunos sobre o uso dessa ferramenta.

Gráfico 2: Com qual frequência você vai à biblioteca

Fonte: Adaptado Portal QEdU, 2018.

Com relação à utilização da sala de leitura da escola, chama a atenção o elevado percentual de alunos que nunca frequentaram esse espaço. Nesse caso, é preciso considerar que durante um longo período de 2015 a sala de leitura funcionou apenas com empréstimos de livros e a sua reorganização para atender os alunos, somente ocorreu no final do ano.

Gráfico 3: Com qual frequência você utiliza a biblioteca ou sala de leitura da escola

Fonte: Adaptado Portal QEdU, 2018.

Conforme as visitas feitas à escola foi possível observar um aumento significativo da participação dos alunos na sala de leitura, o que se deve em grande medida a atuação da PSL. No entanto, devido aos aspectos estruturais e ao contingenciamento de investimentos públicos, a sala de leitura teve limitações em seu atendimento.

Numa das paredes da sala de leitura existe um pequeno mural, para expor a produção textual dos alunos. O mural é dinâmico e constantemente reorganizado para dar espaço a novos textos. O objetivo da atividade consiste em melhorar a competência leitora e escritora e

contribuir com a oralidade, ampliação do vocabulário e interpretação de textos. O que no limite é corroborado por Balça (2006) ao afirmar que a biblioteca escolar contribui para a formação de crianças e de jovens leitores e Pereira (2015) para quem a biblioteca escolar transcende o papel informativo e serve de instrumento para as práticas pedagógicas, formação dos sujeitos e formação de leitores. “A leitura implica, também, e, principalmente, a produção e a construção de sentidos, processo no qual o sujeito se constrói como leitor em interação com o texto, com outros textos, a partir de sua própria história de leitor e de suas experiências de vida” (PAIVA; BERENBLUM, 2009, p. 182).

Devido ao pequeno espaço ocupado pela sala de leitura e também como estratégia para conquistar novos alunos leitores a PSL improvisou em um canto do pátio da escola uma pequena estante com alguns livros, revistas e gibis. Segundo a professora, no início os alunos ficaram receosos em manusear os livros e houve também casos de sumiços de gibis da estante. Contudo, devido à sua insistência e a conscientização dos alunos hoje essa extensão da sala de leitura é bastante requisitada e o seu acervo respeitado. Essa iniciativa, como possivelmente outras espalhadas pelo Brasil, “demonstraram práticas vitalizadoras, transformando o impossível em espaço renovado, ativo, dinâmico, propício à formação de estudantes leitores e escritores” (BRASIL, 2008, p. 123).

As ações desenvolvidas por esta professora à frente da sala de leitura, não dirimem as mazelas da escola pública, mas demonstram que tais iniciativas singulares colaboram efetivamente para o atendimento a uma demanda urgente dos alunos carentes de espaços diversificados de leitura e de acesso a livros de diferentes gêneros.

Por sua vez, a sala de leitura é ignorada nas pautas das reuniões de planejamento, nas discussões dos horários pedagógicos coletivos e completamente ausente no Projeto Político Pedagógico da escola. Dessa forma, acredito como Mollo e Nobrega (2011), que a biblioteca escolar e em particular, a sala de leitura, precisam estar enraizadas no projeto pedagógico da escola, já que são relevantes para a formação de usuários competentes da linguagem escrita, que se constitui como uma dimensão capacitadora das aprendizagens em todas as áreas.

Considerações finais

A história das bibliotecas escolares no Brasil apresenta marcas de contradições, de falta de investimentos, da diversidade de nomenclaturas e improvisações. A biblioteca escolar ainda é pouco referendada na legislação educacional e muitas vezes invisibilizada no cotidiano escolar.

Na avaliação diagnóstica do PNBE evidenciou-se que o espaço da biblioteca escolar na maioria das escolas são arremedos, que em geral carecem da figura do bibliotecário e que os acervos são insuficientes para a demanda dos estudantes.

A Lei 12.244/2010 é em grande medida fruto da luta da classe bibliotecária e representou esperanças para implantação de bibliotecas nas escolas públicas do Brasil uma vez que prevê sua universalização até 2020. Noutro sentido, a referida lei é omissa naquilo que entende por biblioteca escolar ao ignorar o espaço físico para sua constituição e inatingível a sua universalização para o prazo estabelecido, haja vista a morosidade das ações para sua efetivação nos estados e municípios. Situação semelhante às salas de leitura em geral, e em particular no estado de São Paulo cuja estimativa do governo seria universalizá-las até 2019.

Conforme análise do Censo Escolar da Educação Básica no período de 2010 a 2017 foi possível observar o diminuto crescimento das bibliotecas escolares e um tímido avanço das salas de leitura. Ainda, de acordo com os dados, a situação é mais alarmante nas escolas das redes públicas municipais, nas escolas localizadas em áreas rurais e nas regiões Norte e Nordeste do país.

No campo empírico, a sala de leitura da Escola Estadual Professora Iracema Brasil de Siqueira, por meio da sua PSL, revelou-se uma experiência bastante significativa para a aprendizagem dos alunos. As diversas atividades desenvolvidas de incentivo à leitura e escrita podem ser traduzidas e um maior envolvimento dos alunos com o mundo da leitura. É importante destacar que o trabalho colocado em prática é solitário, uma vez que depende exclusivamente das ações da professora. Outro ponto, é que muitos professores responsáveis pelas salas de leitura na Rede Pública Estadual de São Paulo, têm formação em diversas áreas do conhecimento e, em geral são servidores readaptados que constantemente têm seus trabalhos interrompidos devido à rotatividade a que estão sujeitos como consequência dos processos de atribuição de aulas ou por iniciativa da própria direção da escola.

Experiências como a dessa escola representam um alento, exceções à regra num Brasil, onde as condições das bibliotecas escolares e salas de leitura são precarizadas pela ausência de espaços próprios, mobiliário adequado, acervo diversificado e funcionários e bibliotecários que zelem por esses espaços educativos.

Por fim, o PLC 28/2012 que tramita no Congresso Nacional e propugna mudanças na Lei 9.394/1996 (LDB) representa um retrocesso para expansão com qualidade da biblioteca escolar ao excluir a obrigatoriedade das redes de ensino públicas e privadas em manter bibliotecários com formação superior para atendimento nas escolas.

Referências

ALONSO, Claudia Maria Rodrigues. **Biblioteca escolar: um espaço necessário para leitura na escola.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2007.

BALÇA, Ângela Coelho de Paiva. Vamos à biblioteca! O papel da biblioteca escolar na formação de crianças leitoras. **Nuances: estudos sobre Educação**, Presidente Prudente. Vol.13 Nº14, Jan./dez. 2006, p. 207-220. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/379/414>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

BRASIL. Portaria Ministerial s/n de 17 de março de 1936. Dispõe sobre os programas do curso complementar. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, ano LXXV, n. 66, 19 mar. 1936. p. 5.791-5.792.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, Seção I de 27 de dezembro de 1961. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, Seção I de 12 de agosto de 1971. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa/ Secretaria de Educação Fundamental.** Brasília : MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Avaliação do TCU sobre o Programa Nacional Biblioteca na Escola. **Tribunal de Contas da União**. Brasília: TCU, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 2002. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId...>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

BRASIL. **Resultado do SAEB 2003**. Brasília, junho de 2004. Disponível em: <<http://download.inep.gov.br/download/saeb/2004/resultados/BRASIL.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

BRASIL. **Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE)**: leitura e bibliotecas nas escolas públicas Brasileiras. Brasília: Ministério da Educação, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Avalmat/livro_mec_final_baixa.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2016.

BRASIL. Lei nº 12.244: Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Brasília: **Congresso Nacional**, 2010a. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2010/lei-12244-24-maio-2010-606412-publicacaooriginal-127238-pl.html>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica**. Brasília, 2010b. Disponível em: <ftp://ftp.inep.gov.br/microdados/micro_censo_escolar_2010.zip>. Acesso em: 29 jul. 2018.

BRASIL. **Avaliação de Bibliotecas Escolares no Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2011a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12794-bibliotecas-escolares-no-brasil-web-pdf&category_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 20 ago. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica**. Brasília, 2011b. Disponível em: <ftp://ftp.inep.gov.br/microdados/micro_censo_escolar_2011.zip>. Acesso em: 29 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica**. Brasília, 2012. Disponível em: <ftp://ftp.inep.gov.br/microdados/micro_censo_escolar_2012.zip>. Acesso em: 29 jul. 2018.

BRASIL. **Projeto de Lei da Câmara nº 28/2012**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para instituir a obrigatoriedade de criação e manutenção de bibliotecas escolares em todas as instituições públicas de ensino. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4544931&ts=1533559991831&disposition=inline&ts=1533559991831>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica**. Brasília, 2013. Disponível em: <ftp://ftp.inep.gov.br/microdados/micro_censo_escolar_2013.zip>. Acesso em: 29 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica**. Brasília, 2014. Disponível em: <ftp://ftp.inep.gov.br/microdados/micro_censo_escolar_2014.zip>. Acesso em: 29 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica**. Brasília, 2015. Disponível em: <ftp://ftp.inep.gov.br/microdados/micro_censo_escolar_2015.zip>. Acesso em: 29 jul. 2018.

BRASIL. **Programa Nacional Biblioteca da Escola**. Apresentação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-biblioteca-da-escola/apresentacao>> Acesso em: 20 ago. 2016a.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica**. Brasília, 2016b. Disponível em: <ftp://ftp.inep.gov.br/microdados/micro_censo_escolar_2016.zip>. Acesso em: 29 jul. 2018.

BRASIL. Parecer s/n de 2018. **Comissão de Assuntos Econômicos**, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2012. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7820419&ts=1533559992880&disposition=inline&ts=1533559992880>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica**. Brasília, 2017a. Disponível em: <ftp://ftp.inep.gov.br/microdados/micro_censo_escolar_2017.zip>. Acesso em: 29 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica: Caderno de instruções**. Brasília, 2017b. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/caderno_de_instrucoes/caderno_de_instrucoes_censo_escolar_2017.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2018.

CAMPELLO, Bernadete et al. Parâmetros para bibliotecas escolares brasileiras: fundamentos de sua elaboração. **Informação e Sociedade**, João Pessoa, v. 21, n. 2, p. 105-120, maio/ago. 2011. Disponível em: <<http://bogliolo.eci.ufmg.br/downloads/Campello%20InfoeSoc%202011.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2016.

CAMPELLO, Bernadete et al. Situação das bibliotecas escolares no Brasil: O que sabemos? **Biblioteca Escolar em Revista**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 1, p. 1-29, 2012. Disponível em: <<file:///C:/Users/Pedro/Downloads/106555-Texto%20do%20artigo-188163-1-10-20151026.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2016.

CASTRO FILHO, Cláudio Marcondes de; COPPOLA JUNIOR, Claudinei. Biblioteca Escolar e a Lei 12.244/2010: caminhos para implantação. **Biblioteca Escolar em Revista**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 1, p. 30-41, 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/berev/article/view/106556>>. Acesso em: 29 jul. 2018.

GIMENEZ, Queila da Silva. **O programa sala de leitura e seus reflexos nas histórias de leitura de alunos e professores de uma escola estadual paulista**. 2015. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Assis, 2015.

HÉRBRARD, Jean. As bibliotecas escolares. *In*: MENEZES, Maria Cristina (Org.). **Educação, memória, história**: possibilidades, leituras. Campinas: Mercado de Letras/FAPESP, 2004, p.15-104.

IFLA. **Diretrizes da IFLA para a biblioteca escolar**. Traduzido por: Rede de Bibliotecas Escolares, Portugal, 2015. Disponível em: <<https://www.ifla.org/files/assets/school-libraries-resource-centers/publications/ifla-school-library-guidelines-pt.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2018.

LIMA, Maria Cecília Rizzi. **Da biblioteca escolar à sala de leitura nas Escolas Públicas Estaduais de Ensino fundamental paulista: leis, decretos, normas e agentes**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação, PUC- SP, São Paulo, 2016.

MOLLO, Gláucia; NÓBREGA, Maria José. Introdução. Biblioteca escolar: que espaço é esse? **Salto para o Futuro**, ano XXI, boletim 14, p. 04-1,1 out. 2011. Disponível em: <<https://midiasstoragesec.blob.core.windows.net/001/2017/08/biblioteca-escolar-que-espao--esse.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

PAIVA, Jane; BERENBLUM, Andréa. Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) uma avaliação diagnóstica. **Pro-Posições**, Campinas, v. 20, n. 1 (58), p. 173-188, jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v20n1/v20n1a10.pdf>> Acesso em: 20 jul. 2017.

PEREIRA, Elaine Passos. **Bibliotecas escolares e políticas públicas no Brasil: um estudo da aplicação do PNBE em uma biblioteca escolar do município de Niterói**. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

PORTAL QEDU. **Prova Brasil**. Questionário Contextual. Disponível em: <<http://www.qedu.org.br/escola/186205-iracema-brasil-de-siqueira-professora/pessoas/aluno9ano>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

RODRIGUES, Luiz Fernando Medeiros. As livrarias dos jesuítas no Brasil colonial, segundo os documentos do Archivum Romano Societatis Iesu. **Cauriensia**, v. 6, p. 275-302, 2011. Disponível em: <<http://dehesa.unex.es/handle/10662/2483>> Acesso em: 30 out. 2016.

SALA, Fabiana; MILITÃO, Silvio César Nunes. Biblioteca Escolar no Brasil: origem e legislação nacional educacional. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 13., SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, 4., SUBJETIVIDADES E EDUCAÇÃO, 6., SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE A PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE, 6., 2017. **Anais...** Curitiba: ago. 2017. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24341_12048.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2016.

SÃO PAULO. **Decreto n. 43.948, de 09/04/1999**. Dispõe sobre a alteração da denominação e a reorganização das Delegacias de Ensino, da Secretaria da Educação. Diário Oficial do Estado, São Paulo, 10 de abril de 1999. Disponível em: <<http://dobuscadireta.imprensaoficial.com.br/default.aspx?DataPublicacao=19990410&Caderno=Executivo%20I&NumeroPagina=3>> Acesso em: 20 ago. 2016.

SÃO PAULO. **Resolução SE 15/2009**. Dispõe sobre a criação e organização de salas de leitura nas escolas da rede estadual de ensino. Disponível em: <http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/15_09.HTM?Time=24/08/2018%2015:24:11>. Acesso em: 30 out. 2016.

SÃO PAULO. **Resolução SE nº 18**, de 10 de abril de 2017. Estabelece normas e critérios relativos à readaptação de servidores da Secretaria da Educação e dá providências correlatas. Disponível em:

<http://vclipping.planejamento.sp.gov.br/Vclipping1/index.php/Resolu%C3%A7%C3%A3o_SE_n%C2%BA_18_de_10_de_abril_de_2017>. Acesso em: 10 ago. 2018.

SILVA, Luiz Antonio Gonçalves da. As bibliotecas dos jesuítas: uma visão a partir da obra de Serafim Leite. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 291-237, maio/ago. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v13n2/a14v13n2.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2016.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. Perspectivas históricas da biblioteca escolar no Brasil e análise da lei 12.244/10. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 489-517, jul./dez., 2011. Disponível em: <<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/797>>. Acesso em: 30 out. 2016.

SOUZA, Luciene Soares de. **A instituição de bibliotecas nos grupos escolares do estado de São Paulo (1890-1920)**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

VIANA, Lilian. **Bibliotecas escolares: políticas públicas para criação de possibilidades**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

Artigo submetido em: 21 fev. 2018.